

As linhas de fuga na rede¹

Julio Cesar Pedroso²

Carlos José Martins³

Caio Anawate Kuri Milito⁴

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Campus de Rio Claro

Resumo

Esse artigo tem como objetivo demonstrar de forma mais técnica como a estrutura existente dos meios de comunicação possibilitam a existência de uma biopolítica na rede. Seria muito leviano pensar que as formas de poder de dominação teriam como simplesmente “desligar” a internet. A ideia de uma análise mais rigorosa sobre como a biopolítica atuante nesse meio nos fornece ainda a possibilidade de encontrar linhas de fuga das quais os movimentos que lutam pela liberdade da vida se favorecem, atuam, e seguem um caminho. Para essa análise, demonstraremos primeiramente como a internet funciona, o que vem a ser a chamada internet 2.0, e as principais linhas de comunicação de usuários que não passam por grandes servidores e que possibilitam uma “fuga”.

Palavras-chave

Internet; Biopolítica; Linhas de fuga.

Abstract

-
- 1 Artigo científico apresentado ao eixo temático “Articulações Políticas Governamentais e Não-governamentais no Ciberespaço” do V Simpósio Nacional da ABCiber.
 - 2 Engenheiro da computação pela Universidade de São Paulo, mestrando no programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista. Atual coordenador do Ponto de Cultura Rio Claro Cidade Viva.
 - 3 Doutor em Filosofia pela UFRJ; Estágio Doutoral de Paris XII (Paris-Val-de-Marne), U.P. XII, França; Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde é membro do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Tecnologias.
 - 4 Educador físico pela Universidade Estadual Paulista, mestrando no programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Tecnologias da Universidade Estadual.

This article aims to demonstrate with a more technique way as the existing structure of media allows the existence of a biopolitics in the network. It would be frivolous to think that the very forms of power and domination would simply "turn off" the Internet. The idea of a more rigorous analysis of the biopolitical as acting in this way provides the possibility to find escape lines from which the movements for freedom of life to promote, operate, and follow a path. For this analysis, we will show first how the Internet works, what comes to be called Internet 2.0, and the main lines of communication for users that do not include large servers and enabling a "escape".

Key words

Internet; Biopolitics; Escape lines.

1. Introdução

No artigo denominado “Ontologia da Liberdade na Rede - as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos”, Antoun e Fábio Malini nos fornecem elementos essenciais para uma atual análise da economia do poder de disputa existente na internet. Entre esses elementos podemos identificar dois eixos centrais baseados na obra de Foucault e depois discutidos por outros grandes pensadores como Negri e Hardt, o Biopoder e a Biopolítica.

Biopoder surge entre várias relações de poder que se inventam durante a história, como um termo para se definir as várias ferramentas políticas criadas para se dominar não só os corpos mas também a vida como um todo. Surge como demonstrativo de aumento de liberdade, porém com um preço a ser pago: o aumento do controle sobre a vida. “Na lógica do biopoder, já não se governa somente o corpo da população, mas todo o seu meio ambiente, a sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos” (Antoun e Malini, 2010).

Porém, todo processo de dominação encontra um limite, e esse pode se tornar resistência. Em toda relação de poder existe esse limite, inclusive na relação de dominação da vida. A biopolítica reinventada por Negri nos dá a noção de uma insurgência da vida, é

potência e possibilidade da vida governar-se, que surge dentro de uma relação de dominação.

Esses conceitos podem muito bem ser analisados na internet quando a entendemos como um campo social, no qual a liberdade está também em disputa. Nesse ponto, liberdade pode ser interpretada segundo aceção spinosista, que define o homem livre como aquele que vive em sociedade, seguindo regras e leis, e não na solidão e no isolamento, seguindo apenas a si mesmo. Antoun e Malini complementam essa concepção:

Na verdade, quando dizemos “liberdade” entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos.[...]A liberdade, de longe, não se esgota no sentido liberal do “direito de ter propriedade” (de ideias, de mercado, de terras etc), nem mesmo no sentido hobbesiano de “ter força para suplantar o outro”. Hoje o cerne do debate sobre liberdade está no direito de produção autônoma de formas de vida, que não sejam atravessadas pela força estatal nem pela mercantilização do capital, mas por “direitos comuns” que as protejam e as liberem ao mesmo tempo. (Antoun e Malini, 2009).

Considerando esse conceito, as liberdades existentes na rede mundial de computadores podem ser positivas ou negativas, a partir do ponto de vista de uma busca emancipatória da organização da vida e dos processos de subjetivação de cada indivíduo que compõem a internet e usufruem dela.

A liberdade negativa existe na internet através de dois movimentos: o primeiro deles parece ser o grande entrave entre todos os meios de comunicação, que é o da oferta de informação. Assim como a televisão, a internet é um meio midiático, no qual grandes servidores fornecem conteúdos a usuários que escolhem o que comprar, dando a impressão de uma liberdade de escolha. Escolha essa porém limitada ao que é oferecido. O segundo movimento advém com o avanço tecnológico, como por exemplo a internet 2.0, que muda a configuração dessa oferta anterior, porém é também capturada pelo mercado. Nessa configuração, os usuários podem não só escolher o que querem ver, mas também criar conteúdos. A produção de conteúdos pessoais na internet acabaram se transformando em grandes jogadas empresariais, que atraem públicos assim como o Big Brother. A liberdade negativa nesse sentido se dá através da captura mercadológica dessas produções, que acabam sendo produções de modos de vida, de opiniões, de práticas cotidianas, de discursos e de processos de aprendizagens (Antoun e Malini, 2010). Daí a relação clara com o

biopoder. É importante deixar claro que os dois movimentos são bem presentes na internet hoje.

Apesar de se mostrar com um tom apocalíptico, a liberdade negativa da internet não esgota de forma alguma suas possibilidades. Toda a rede de controle e dominação que se excede por essa possibilita também uma outra atuação dos usuários, através de outras redes cooperativas, que criam novos valores de uso, de troca e de inclusão. Existe aí então uma biopolítica em ação, o que possibilita uma liberdade positiva da rede.

Toda essa análise pode ser encontrada na prática quando Antoun e Malini analisam o caso das eleições Iranianas de 2009, caso em que uma das primeiras medidas do governo foi derrubar a internet. Internet essa que foi reestabelecida dias depois pelos chamados hackers. Daí a importância do uso da rede para uma revolta popular que aconteceu naquele caso específico.

Esse artigo tem como objetivo demonstrar de forma mais técnica como a estrutura existente dos meios de comunicação possibilitam a existência de uma biopolítica na rede. Seria muito leviano pensar que as formas de poder de dominação teriam como simplesmente “desligar” a internet. A ideia de uma análise mais rigorosa sobre como a biopolítica atuante nesse meio nos fornece ainda a possibilidade de encontrar linhas de fuga das quais os movimentos que lutam pela liberdade da vida se favorecem, atuam, e seguem um caminho. Para essa análise, demonstraremos primeiramente como a internet funciona, o que vem a ser a chamada internet 2.0, e as principais linhas de comunicação de usuários que não passam por grandes servidores e que possibilitam uma “fuga”.

2. Como funciona a Internet

Para a maioria das pessoas que utilizam a Internet é muito difícil imaginar como, de nossos computadores, conseguimos acessar qualquer parte do planeta em segundos, recebendo e enviando e-mails, fotos, vídeos, e até mesmo conversando com pessoas em tempo real. Mas entender isso não é importante quando somos apenas usuários dos serviços disponíveis na rede mundial de computadores, situação na qual o importante mesmo é saber usar as ferramentas necessárias para se usufruir de tais serviços: os softwares de computadores que rodam as aplicações web, os serviços de e-mails, serviços de mensagens

instantâneas, etc. Mas quando tentamos desenvolver a ideia de que na rede existe relações de poder, disputa da liberdade e outras discussões de um campo filosófico, nos parece imprescindível o entendimento de como a internet funciona em seus aspectos técnicos e físicos.

Podemos começar pela ideia geral de uma rede, que é enviar dados de um computador para outro. Nessa caracterização temos dois tipos básicos de computadores: os usuários simples e os servidores. Os usuários simples são aqueles que utilizam um computador pessoal (PC) para enviar e receber informação da rede, como por exemplo visualizar um site. Os servidores são nada mais que computadores que armazenam informação, em todos os tipos de formatos (vídeo, foto, páginas em html, textos, etc). Nos dois casos temos softwares rodando que fazem a comunicação entre dois computadores. Para que essa comunicação se estabeleça, existem alguns padrões de envio e recebimento de arquivos, o que é chamado na linguagem técnica da computação de protocolos. Essa é a ideia geral da comunicação entre dois computadores.

A definição mais usada para Internet é a de imenso sistema de redes gateways e de computadores permanentemente interligados entre si a nível mundial e que funcionam como emissores e receptores de informação, utilizando para isso um conjunto de protocolos de comunicação denominados TCP/IP ⁵. Desse modo, se a ideia geral de uma rede é um computador enviar um dado para outro, a ideia geral da Internet é um computador de uma rede enviar dado para um computador de outra rede. Pém quando um computador envia um dado para chegar a um outro computador, um longo caminho é percorrido por esse.

Nesse ponto é importante pensarmos na Internet como uma rede física, formada por cabos coaxiais, cabos e fios telefônicos, cabos de fibra ótica (inclusive cabos transoceânicos), e até mesmo por caminhos invisíveis compostos pelas ondas eletromagnéticas em várias frequências, como celular e rádio. É um emaranhado de caminhos por onde os dados literalmente navegam. Assim podemos dizer que todos os computadores que estão conectados na internet estão conectados fisicamente entre eles!

5 Disponível em <http://www.knoow.net/ciencinformtelec/informatica/internet.htm><http://www.knoow.net/ciencinformtelec/informatica/internet.htm><http://www.knoow.net/ciencinformtelec/informatica/internet.htm><http://www.knoow.net/ciencinformtelec/informatica/internet.htm> em 15/06/2011 às 16h04min.

Assim, quando um computador de uma rede envia um dado para outro computador de outra rede, esse dado tem um endereço de destino. A estrutura física responsável por levar esse dado para seu destino correto são os roteadores. Os roteadores estão espalhados pelo emaranhado de fios e cabos, e compõem parte essencial para funcionamento da Internet. São aparelhos físicos que operam programas de funcionamento lógico. Muitas vezes os roteadores escolhem rotas não tão boas, o que faz com que os dados peguem um caminho mais longo do que realmente necessitaria pegar. Isso pode fazer com que um dado enviado por um computador dê literalmente várias voltas pelo mundo em questão de segundos. De qualquer forma, os roteadores trabalham de forma bem segura, sendo que os dados podem demorar mais pra chegar em seus destinos, mas sempre chegam.

No Brasil existe uma lei federal que determina que o acesso à Internet seja feito sempre através de empresas que fornecem o serviço de provedor de Internet. O provedor de Internet (ISP – Internet Service Provider) é um serviço de roteamento de pacotes, ao qual uma rede se conecta. O ISP além de um roteamento detém outros serviços necessários para que a conexão com a Internet funcione bem, como o DNS, Firewalls, etc. É importante esclarecermos que essa lei é uma decisão política e não técnica da Internet, ou seja, é possível nos conectarmos à Internet através de provedores que não sejam empresas credenciadas para isso, como por exemplo um provedor caseiro, ou uma instituição pública que forneça tal serviço, como acontece em outros países.

3. A Internet 2.0 e o P2P

A Internet 2.0 foi um termo criado em 2004 pela empresa americana O'Reilly Media, com o objetivo de designar um novo momento que a Internet passou a configurar. Não se trata de mudanças da estrutura física descrita no capítulo anterior, mas sim de um novo jeito de se pensar as aplicações que rodam na Internet. No início da Internet, os usuários acessavam sites e outros serviços apenas como receptores de conteúdo. A Internet 2.0 veio para mudar esse paradigma:

Web 2.0 é a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se

tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva.⁶

Nessa citação, Tim O'Reilly se refere à Pierry Lèvy quando situa o aproveitamento da Inteligência Coletiva. Isso significa que o usuário postar conteúdo é tão importante quanto receber. Hoje vemos muitas citações de grande empresas, como o Google, dizendo que a “Internet somos todos nós que fazemos”, ou que a “Internet é de todos nós”. Essa é uma das críticas feita pelos antissimpatizantes do termos Internet 2.0, que alegam essa definição ser apenas uma jogada de marketing.

Sendo ou não, o que acontece hoje é que usuários da Internet colocam cada vez mais conteúdos na rede. Isso ocorre porque muitas aplicações foram desenvolvidas objetivando essa facilidade. Um exemplo disso é o surgimento de linguagens utilizadas pelos blogs, como Wordpress, Drupal, etc. Todas essas ferramentas são gerenciadoras de conteúdo, o que faz com que o usuário precise apenas cuidar do conteúdo a ser colocado na Internet e não na forma como esses conteúdos são colocados. As formas estéticas da apresentação são apenas escolhidas pelo usuário entre vários modelos prontos que esses gerenciadores disponibilizam. Isso quer dizer que o usuário não precisa mais saber linguagens específicas como o HTML para fazer um site, o aplicativo faz isso por ele. Outro exemplo são as plataformas wiki, nas quais os usuários postam conteúdos mas não mexem na forma como os conteúdos são apresentados.

Apesar dessa nova configuração da Internet que possibilita uma certa *liberdade* aos usuários, essa ainda continua presa ao modelo Cliente/Servidor no qual servidores de acessos centralizados executam tarefas para clientes distribuídos. Isso pode significar duas vertentes distintas, mas que diminuem a liberdade existente na Internet: a primeira é que a maioria das aplicações possuem conteúdos colocados pela minoria, ou seja, pelos próprios servidores, e o usuários apenas escolhem o que quer ver entre aquilo que lhe é oferecido; a segunda é a configuração da Internet 2.0, na qual o usuário pode editar o conteúdo e colocar na rede o que deseja que seja visto, porém esse conteúdo estará em servidores controlados, havendo a possibilidade de controle sobre esse conteúdo. Isso tudo quer dizer que apesar da Internet 2.0 possibilitar uma maior *liberdade* dos usuários, a estrutura da Internet ainda

6 Conceito que Tim O'Reilly desenvolveu em seu blog em 10 de dezembro de 2006. Desde então, esta se tornou a melhor e mais aceita definição concisa do termo. Uma definição mais completa e mais antiga se encontra no seu artigo: What Is Web 2.0?

possibilita um grande controle sobre o conteúdo nela existente, e conseqüentemente sobre a democratização do conhecimento.

Uma nova tecnologia de comunicação existente contrapõe esse cenário: é a tecnologia peer-to-peer (P2P), que significa par-a-par, entre pares, ou ainda numa tradução livre, ponto a ponto. Ela surge para mudar o paradigma existente, à medida que não depende de uma organização central ou hierárquica, além de dispor aos seus integrantes as mesmas capacidades e responsabilidades (Parameswaran, Susarla e Whinston; 2001). Assim como outras novas tecnologias digitais, esse novo paradigma ainda em desenvolvimento tras à tona o “velho sonho de um mundo da comunicação livre, sem entraves, democrático, global. Este imaginário sempre retorna com o surgimento de redes técnicas” (Lemos e Lèvy, 2009).

O sucesso do P2P se iniciou com um dos aplicativos até hoje mais conhecidos que utilizam essa tecnologia: o Napster. O compartilhamento de músicas fez tanto de sucesso que despertou a ira da maioria das gravadoras musicais dos Estados Unidos. A utilização desse tipo de compartilhamento de arquivos e informações retorna à lógica colaborativa do software livre. Além da produção de conteúdo em grupo, o P2P possibilita a troca de informações que muitas vezes têm direitos reservados. Porém não podemos chamar isso de pirataria: é como se comprássemos um disco de música e emprestássemos para outra pessoa. Não é um fim comercial, e sim a lógica da colaboração, difusão do conhecimento e democratização da informação.

A tecnologia P2P estimula as pessoas no momento que elas percebem que podem participar e fazer a diferença. Isso explica o sucesso de algumas aplicações como o ICQ, KaZaA e o Napster. Um efeito contrário, no entanto, pode ser percebido em provedores de serviço e gravadoras que se sentem extremamente prejudicados quando perdem o controle. Nesse contexto, o ambiente acadêmico se mostra ideal para realizar experimentos e se beneficiar dessa tecnologia, pois pode utilizar novas ferramentas que auxiliam a troca de informações sem despendere recursos adicionais. (Rocha, Domingues, Callado, Souto, Silvestre, Kamienski e Sadok, 2005).

4. Linhas de Fuga

“Existe então algum modo para que a resistência dos oprimidos possa tornar-se eficaz e para que o intolerável seja definitivamente banido? Existe um modo para que a massa de singularidades de átomos, que somos todos, possa se apresentar como poder

constituente, ou, ao contrário, devemos aceitar o paradoxo jurídico segundo o qual o poder constituente só pode ser definido pelo poder constituído?”⁷

Essa pergunta respondida por Gilles Deleuze e presente no livro *Conversações* nos parece uma bela introdução ao pensamento que define a orientação prática da filosofia desse autor. A definição entre maioria e minoria está não no número que estes possuem, e sim em seus papéis desempenhados no processo de dominação, como dominadores e dominados, num modelo de existência dos sujeitos. A minoria que não possui modelo vive um devir, um processo, e quando passa a ter modelos é porque quer se tornar a maioria, e isso é inevitável para sua sobrevivência e salvação. O que define como será constituído a vida em sociedade, seus modelos, sujeitos, devires, leis e estado de direito, é a potência de criação dos grupos sociais. É por isso que nos parece que a resposta para a questão acima citada passa necessariamente pelas Linhas de Fuga.

" A linha de fuga é uma desterritorialização. Os franceses não sabem bem do que se trata. Evidentemente, eles fogem como todo mundo, mas acham que fugir é sair do mundo, mística ou arte, ou então que é algo covarde, porque se escapa aos compromissos e às responsabilidades. Fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo... Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia" (Deleuze e Parnet, 1998).

O importante do entendimento das linhas de fuga para nosso assunto se inicia com o desejo, esse que se muta nas relações de poder de dominação. A forma dicotômica presente nessas relações de dominação possibilitam um desejo daquilo que não se observa no que é posto. O que define essa situação é exatamente a distribuição dos possíveis: “ou isso ou aquilo, disjunções exclusivas de todas as ordens (masculino-feminino, adulto-criança, trabalho-lazer, branco-preto, etc.) que estriam

previamente a percepção, a afectividade, o pensamento, encerrando a experiência em formas totalmente prontas, inclusive de recusa e de luta” (Zourabichvili, 2004).

A vivência do desejo acarreta, no entanto, um devir relacionada à ambos os lados dessas docotomias – o devir mulher diz respeito tanto à mulher quanto ao homem, e assim por diante. O que não significa que todas as situações sejam equivalentes, porém, para

7 Entrevista com Gilles Deleuze encontrada no livro *Conversações*, Capítulo V – Política, página 214.

Deleuze e Guatarri, o problema está mais no susto e na vacilação do que na mudança propriamente dita daquela situação. Chegamos então a uma boa definição das linhas de fuga, que são exatamente esses *vectores* de desorganização e de desterritorialização.

Então, assim compreendemos essa fuga não como fugir para o nada, e sim como a possibilidade de mudança de um estado para o outro. Ora, se assim é, claramente concluímos que o desejo de busca desse novo estado existe também por esse ser conhecido, imaginado, sonhado, aludido, ou qualquer outra forma de convencimento que faça-nos acreditar que exista um caminho para tal fuga. E mais do que isso, esse caminho que foge precisa ser necessário para o sistema atual, pois senão o devir da minoria acabaria sendo capturado pela maioria, se tornando uma coisa só.

5. Ontologia da rede - Conclusão

A afirmação de que vivemos hoje numa sociedade da informação nos remete à algumas reflexões sobre o que isso pode acarretar. Informação não é sinônimo de conhecimento, e muito menos de experiência. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (Larossa, 2002). Conhecimento é a informação experienciada, é o como a informação “acontece” com cada um. Desse modo, o conhecimento técnico nos remete a uma certa metodologia que não se realiza por si só, e é essa técnica que nos interessa aqui.

O conhecimento técnico proporciona possibilidades de realizações certamente emancipatórias ao nosso ver. Pegaremos como exemplo o caso de Shawn Fanning, criador do programa já citado acima Napster. Shawn é considerado um dos homens mais promissores do século, e com um grande conhecimento técnico criou um programa que revolucionou toda a indústria musical do planeta, mesmo que sua principal intenção não fosse essa, e sim a de ficar famoso e rico. De qualquer forma, isso só foi possível pela sua experiência, conhecimento, e prática da realização de tal feito. Outro exemplo é Mark Zuckerberg, um dos fundadores do Facebook.

Aqui, voltaremos ao texto de Antoun e Malini para utilizar um bom caso de elucidação apresentado por eles: o das eleições do Irã. Nas eleições Iranianas de 2009, o

candidato da oposição, *Hossein Mousavi*, reivindica a vitória alegando fraudes nas eleições que deram a vitória ao candidato à reeleição, *Ahmadinejad*. Os apoiadores de *Mousavi* organizaram uma revolta que se iniciou via mensagens de celular (sms), e que tomou grande proporção na Internet através de canais de comunicação alternativa, twitter, etc. A primeira medida do governo ditador de *Ahmadinejad* foi derrubar a Internet e os serviços de telefonia móvel de todo país. Em contrapartida, os hackers logo trataram de oferecer endereços de proxy que reconectaram a cibercultura iraniana. A partir de então, todos os acontecimentos cotidianos do Irã eram passados para o mundo através de experiências de pessoas que estavam vivendo aquele dia a dia. Foi a criação de uma comunicação autônoma e livre. Apesar da existência dessa biopolítica, o ciberativismo não pode conter a força policial nas ruas, e a revolta acabou devido à opressão do estado ditador (biopoder).

Um caso mais recente foi o da chamada revolução do Egito. Muito parecido com o Irã, a revolta dos egípcios se inicia de modo virtual, pelo Facebook. Na Internet os egípcios conheceram um mundo jamais visto e experimentado por eles. Uma troca, colaboração e democratização de conhecimento jamais vivenciados por uma nação proporcionou novas atitudes dos cidadãos, que se organizaram para reivindicar direitos não existentes na ditadura de *Hosni Mubarak*. Diferentemente do Irã, a revolução no Egito terminou com a renúncia do ditador, e a festa do povo após semanas de protestos, conflitos, mortes, e muita informação!

Claro que *Mark Zuckerberg* nunca poderia imaginar que uma ferramenta criada por ele pudesse ser o principal alicerce de uma revolução para derrubar uma ditadura instalada por mais de três décadas em um país. Mas também *Gutenberg* nunca poderia imaginar que seu experimento que se desenvolveu com a intenção explícita de ganhar dinheiro, permitiu a reforma protestante, as revoluções americana, francesa e industrial, apenas com a difusão em larga escala da informação e do conhecimento, através dos livros e depois dos jornais.

Esses acontecimentos nos afirmam que a biopolítica existente na rede realmente nos possibilita uma liberdade positiva, seja por possibilidades de articulações políticas, militâncias sociais, ou até mesmo criação de ferramentas que possam um dia vir a servir o bem comum. Acrescentamos porém que essas possibilidades existem pela própria configuração da Internet. Mostramos no Capítulo 2 que para se ter acesso à rede mundial

de computadores é preciso apenas de um computador, da infra-estrutura da rede e do conhecimento de um provedor de Internet, que faça a comunicação entre os computadores de acordo com os protocolos necessários. A rede física existe, e ela estará sempre disponível porque ela é necessária ao sistema em que vivemos. Seria inimaginável para o mundo hoje não existir a Internet, ou os meios de comunicação, seja via satélite ou via cabo, ou por meio telefônico ou ainda através de ondas de rádio e celular. Como ficariam as bolsas de valores? Como ficariam os serviços bancários? Tanto no caso do Irã quanto ao do Egito, o que o governo fez foi cortar os provedores de Internet e o acesso dos usuários à rede. O que os hackers fizeram, com o conhecimento técnico, foi desenvolver outros provedores pelos quais as pessoas passariam então a acessar a rede. Mas isso foi possível porque a estrutura física está posta.

Hoje muito se fala de Linhas de Fuga, porém pouco é demonstrado de onde elas realmente florescem. Concluímos então que a Internet possui esses vetores de desterritorialização, essas linhas de fuga, que possibilitam aos usuários e inventores, criarem novos paradigmas de existência humana e social. Não tratamos aqui, de forma alguma, a Internet como uma Panacéia, mas demonstramos que a biopolítica existente na rede transcende a liberdade positiva, se tornando de fato uma linha de fuga.

Referências Bibliográficas

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fabio. *ONTOLOGIA DA LIBERDADE NA REDE: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. ComPÓS 2010.*

FOUCAUL, Michel. *Nascimento da Biopolítica.* Trad. Eduardo Brandão & Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

— *A hermenêutica do sujeito.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Conversações.* Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
PARAMESWARAN, M., SUSARLA, A., WHINSTON, A., “P2P Networking: An Information-Sharing Alternative”. *IEEE Computer*, Julho de 2001.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos.* Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze.* Trad. André Telles. Rio de Janeiro, 2004.

LÉVY, Pierry; Lemos, André. *O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

ROCHA, João; DOMINGUES, Marco; CALLADO, Arthur; SOUTO, Eduardo; SILVESTRE, Guthemberg; KAMIENSKI, Carlos; SADOK, Djamel. *Peer-to-Peer: Computação Colaborativa na Internet*.

LAROSSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Trad. João Wanderley Geraldi. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística, 2002.

GRALLA, Preston. *Como Funciona a Internet III*. 1. ed. São Paulo: Quark do Brasil LTDA, 1998.